Ementa: Trata sobre a averbação de tempo de serviço de servidor sem fins de anuênios, licença prêmio e quintos.

Processo nº 04710.001781/2000-00

ÓRGÃO: Ministério da Fazenda

ASSUNTO: Averbação de tempo de serviço de servidor sem vínculo para fins de anuênios, licença prêmio e quintos.

D E S P A C H O

Com vistas a atender a consulta formulada pelo Banco Central do Brasil, efetuada mediante OF. DEPES/GABIN-2000/159, de 15 de maio de 2000, o Senhor Coordenador Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda, solicita pronunciamento desta Divisão de Análise e Orientação Consultiva/COGLE/SRH/MP quanto a averbação de tempo de serviço público, exercido por servidor nomeado para cargo em comissão, sem vínculo, para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, licença-prêmio por assiduidade e “quintos”, relativamente ao período compreendido entre 28.3.73 a 11.1.77.

2. Os argumentos trazidos à colação, notadamente os entendimentos proferidos pelo Tribunal de Contas da União – Decisão 462/96 e pelo Parecer MPG/CONJUR/MOG nº - 630/99, dão conta de que o tempo de serviço prestado por parte do servidor que ocupou exclusivamente cargo em comissão, sem vínculo, e que posteriormente veio a ser investido em cargo de provimento efetivo, pode ser computado para efeito das vantagens de quintos, adicional por tempo de serviço, bem assim para licença-prêmio por assiduidade, visto que o período exercido tão somente na condição de comissionado é pacificamente recepcionado pelo art. 100 do Regime Jurídico instituído pela Lei nº-8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3. Convém ressaltar que a matéria também foi objeto de anteriores e específicos pronunciamentos do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil-SIPEC, chamado que foi para dirimir controvérsias instauradas no âmbito daquele Sistema.

4. Muito embora a matéria seja pacífica no âmbito do TCU ainda pairam dúvidas na esfera do Órgão Central do SIPEC principalmente no que diz respeito ao vínculo efetivo com o serviço público federal, exigido em lei, para efeito de percepção de vantagem.

5. Objetivamente, a dúvida suscitada está relacionada com a ocorrência de vacância de cargo comissionado, quando motivada por ato de exoneração de ofício ou a pedido do servidor sem vínculo. Tal ação, resulta, conseqüentemente, no rompimento jurídico da relação de trabalho, com o ente União, ensejando a extinção da remuneração decorrente dessa vinculação laboral, razão pela qual não mais subsistirá qualquer contagem de tempo de serviço para efeito de incorporação de quintos ou

quaisquer outras vantagens tipicamente estatutárias, que possam repercutir na remuneração do novo cargo público efetivo, que venha ser ocupado pelo servidor.

6. Nunca é demais lembrar que os estatutos dos servidores civis instituídos respectivamente pela Lei nº 1.711, de 1952, e pela Lei nº 8.112, de 1990, se dirigem aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Assim, infere-se que as leis que vieram regulamentar as vantagens ali previstas, tais como: Lei nº 6.732, de 1979, Lei nº 8.911, de 1994, entre outras, foram direcionadas aos servidores públicos civis federais, excluindo-se, desse alcance, como é óbvio, os empregados das empresas públicas, das sociedades de economia mista, estes regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT bem assim os servidores sem vínculo.

7. Seguindo essa linha, servidor público são unicamente os servidores públicos civis da administração direta das autarquias e das fundações públicas ocupantes de cargos públicos, excluídos, pois, os servidores empregados, ou seja, aqueles que estejam vinculados por meio de contrato, assim como os servidores das empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações de direito privado acaso instituídas pelo poder público, pois são todos empregados e portanto, não titularizam cargos públicos.

8. Os cargos públicos sublinhados no item anterior são aqueles criados por lei para provimento efetivo ou em comissão. São características próprias dos cargos em comissão:

dispensam concurso público;

são vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança do agente público ou político;

na forma do inciso II do art. 37 da Constituição Federal são de livre nomeação e exoneração.

9. Os cargos de provimento efetivo são os predispostos a receberem ocupantes em caráter definitivo, isto é, com fixidez. Ademais, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração é um cargo de natureza precária e transitória e o seu exercício não gera estabilidade financeira e funcional ao seu ocupante. Pode-se acrescentar, ainda, que o comissionamento é bem menos que isso, porque além de temporário e instável, é algo que se desfaz **ad nutum** qualquer tempo. Na prática, estão desagasalhados pelas normas estatutárias os servidores sem vínculo com a União, o que quer dizer, sem cargo efetivo regido pela Lei nº 8.112, de 1990.

10. Como já foi dito anteriormente, o servidor sem vínculo com a União que se desliga da função que vinha exercendo, encerra definitivamente a causa jurídica daquela relação de trabalho, não fazendo jus à percepção de qualquer vantagem pecuniária a título de gratificação, em virtude de inexistir nessa relação laboral o exercício concomitante com o cargo público de provimento efetivo.

(fls. 3, continuação do Despacho/MF)

11. A propósito, de modo a enfatizar ainda mais a questão da natureza do cargo em comissão, convém trazer à colação o § 2º - do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT que regulamentou a estabilidade no serviço público dos servidores que contavam com cinco anos continuados na data da promulgação da Constituição Federal:

“Art. 19. Omissis.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de ~~funções e empregos~~ de confiança em comissão, em aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do caput do artigo, exceto se se tratar de servidor.”

12. Traduz-se da leitura do dispositivo constitucional acima citado que o cargo comissionado é instável, e sendo assim, não há que se falar em estabilidade financeira, visto não assegurar ao respectivo ocupante sequer a estabilidade funcional, mas tão somente a contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

13. Quisesse o legislador conferir aos servidores investidos em cargo em comissão, o cômputo do tempo de serviço prestado na condição de sem vínculo, para fins de anuênios, licença-prêmio e de “quintos”, em outro cargo público de provimento efetivo, teria feito de forma expressa, por meio de legislação específica. Dessa forma, tendo em vista não haver um permissivo legal que expressamente autorize esses pagamentos é defeso a administração o indeferimento de tais despesas.

14. Desta feita, tendo em vista os pronunciamentos sobre o assunto pautarem-se no art. 100 da Lei nº 8.112, de 1990, oferta-se, nesta oportunidade, entendimento enfocando a matéria sob o prisma da natureza do cargo em comissão, de modo a ser apreciado por parte da Consultoria Jurídica deste Ministério.

15. Nessa conformidade, encaminhe-se o presente processo para à apreciação da Senhora Coordenadora Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação, sugerindo que o assunto enfocado seja apreciado pela Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MP

Brasília, 13 de julho de 2000.

OTÁVIO CORRÊA PAES
MAT. SIAPE nº-0659605

LOURDES ELIZABETH BRAGA DE ARAÚJO
Chefe da DIORC

(fls. 4, continuação do Despacho/MF)

De acordo. Transmito o presente processo ao Senhor Secretário de Recursos Humanos/MP para conhecer e deliberar sobre o assunto objeto do Despacho emitido pela Divisão de Análise e Orientação Consultiva/COGLE/SRH/MP a respeito de averbação de tempo de serviço de servidor sem vínculo, para efeitos de anuênios, licança-prêmio por assiduidade e quintos/décimos.

Brasília, 14 de julho de 2000.

CYINTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

Coordenadora-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação/SRH

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo à Consultoria Jurídica deste Ministério, vez que afiguram-se razoáveis os argumentos apresentados pela Coordenação Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação/SRH/MP.

Brasília, 14 de julho de 2000.

LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CAPELLA

Secretário de Recursos Humanos/MP